



REINVENTAR A EMANCIPAÇÃO SOCIAL DA AMAZÔNIA: UM OLHAR SOBRE A AMAZÔNIA A PARTIR DA TEORIA CRÍTICA

REINVENTAR LA EMANCIPACIÓN SOCIAL DE LA AMAZONIA: UNA MIRADA ACERCA DE LA AMAZONIA DESDE LA TEORÍA CRÍTICA

Alexsandro Melo Medeiros
Mestre em Filosofia pela UFPE
Professor da Universidade Federal do Amazonas
Bolsista e Pesquisador FAPEAM (Agência de Fomento)
alexsandromedeiros@ufam.edu.br

RESUMO: Este artigo pretende fazer uma análise sobre a realidade complexa da Amazônia tomando como referência os aportes teóricos da Teoria Crítica e, mais precisamente, utilizando os conceitos de emancipação e razão instrumental e de como é necessário pensar uma emancipação possível que faça frente às consequências do uso instrumental da razão, tal como entendem Adorno e Horkheimer com a publicação da obra *Dialética do Esclarecimento*. Neste artigo pretendo demonstrar como a razão instrumental, aliada ao uso da técnica e da ciência como forma de dominação e exploração também fez sentir os seus efeitos na Amazônia e, por conseguinte, a necessidade de repensar o modo como nos relacionamos com a natureza orientada para uma ideia de emancipação que deve ser simultaneamente social, política, econômica e epistemológica. Uma emancipação que nos ajude a pensar uma forma racional de utilização da natureza e do que nela é produzido mas sem esgotar seu potencial biológico e sua biodiversidade, sem desnudar a Natureza e romper com seu equilíbrio ecológico.

Palavras-chaves: Razão Instrumental; Emancipação; Amazônia; Natureza.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar la compleja realidad de la Amazonía por referencia al marco teórico de la teoría crítica y, más precisamente, el uso de los conceptos de emancipación y la razón instrumental y la forma en que es necesario tener en cuenta una posible emancipación que se enfrenta a las consecuencias de uso razón instrumental como entender Adorno y Horkheimer con la publicación de la *Dialéctica de la Ilustración de trabajo*. En este artículo pretendo mostrar cómo la razón instrumental, junto con el uso de la tecnología y la ciencia como medio de dominación y explotación hizo también sentir sus efectos en la Amazonía y, por tanto, la necesidad de repensar la forma en que nos relacionamos con orientada a la naturaleza una idea de la emancipación que debe ser a la vez social, política, económica y epistemológica. Una



emancipación que nos ayuda a pensar de forma racional para utilizar la naturaleza y que se produce, pero sin agotar su potencial biológico y su biodiversidad sin eliminar la naturaleza y romper con su equilibrio ecológico.

Palabras clave: Razón Instrumental; Emancipación; Amazonia; Naturaleza.

Introdução

Após mais de 30 anos de publicação da obra *O Complexo da Amazônia*, de Djalma Batista² continua extremamente relevante pensar a Amazônia em termos de desenvolvimento social, econômico e político como o faz o autor. Um processo de desenvolvimento que tem sido pensado principalmente a partir da região como um polo de atração econômica, de exploração de suas riquezas (animal, vegetal, mineral) de forma desordenada, com ênfase no esgotamento do seu ecossistema cujo “[...] processo de ocupação tem sido uma aventura a serviço de empreendimentos mercantis” (Batista, 2007, p. 131).

Um processo de exploração que pretendo analisar neste artigo levando em consideração os pressupostos da Teoria Crítica, sobretudo a partir da análise que Adorno e Horkheimer fazem utilizando o conceito de Razão Instrumental e uma crítica social que possa contribuir com o esforço de produzir o melhor diagnóstico possível sobre a realidade complexa da Amazônia e orientar esse diagnóstico em torno de uma emancipação possível.

Não pretendo com este artigo defender a ideia de que a selva amazônica deva permanecer intacta. Afinal nós, seres humanos, precisamos da terra e do que nela é produzido. “É preciso, porém, não esquecer que estamos diante de uma das últimas reservas vegetais do planeta” (Batista, 2007, p. 151). Não podemos ir “contra” a Natureza, desnudando seu solo, quebrando o equilíbrio ecológico, esgotando seu potencial biológico e sua biodiversidade. “O homem não pode impunemente, modificar

² A primeira edição é de 1976. Uma nova edição foi publicada em 2007.



a paisagem de um local, rompendo o equilíbrio ecológico aí existente” (Batista, 2007, p. 155). É preciso pensar um outro modelo de racionalidade que nos ajude a pensar a natureza e o mundo a nossa volta de uma maneira totalizante e globalizante. Que nos ajuda a entender que nós, seres humanos, estamos interligados na teia da vida e da existência e que adote como horizonte de uma emancipação possível o pressuposto de que o ser humano e o planeta fazem parte de uma totalidade inseparável, constituindo uma teia cujo tecido parece admiravelmente permeado de vida auto-organizada nos seus mais diferentes níveis.

Vamos iniciar, portanto, tecendo algumas considerações sobre a Teoria Crítica e de como acreditamos poder se apropriar de seus conceitos para se pensar a realidade complexa da Amazônia.

Teoria Crítica e Razão Instrumental

Na teoria política contemporânea a Teoria Crítica (também conhecida como Escola de Frankfurt) assume um papel fundamental de análise do contexto social, cultural, do surgimento de teorias e valores do mundo da sociedade industrial avançada e do capitalismo administrado (Freitag, 1991; Nobre, 2004; Wiggershaus, 2002). “A Escola de Frankfurt surgiu com o claro propósito de tentar instaurar uma teoria social capaz de interpretar as grandes mudanças que estavam ocorrendo no início do século” (Tanaka, 2001, p. 81). Entre alguns dos principais pensadores que representam a chamada primeira geração da Teoria Crítica estão Max Horkheimer, Theodor Adorno, Felix Weil, Friedrich Pollock, Herbert Marcuse, Eric Fromm e Walter Benjamin. Mas considerando as análises deste artigo vamos dar destaque aos dois primeiros destacando algumas das ideias que ambos compartilhavam ao publicar em conjunto a obra *Dialética do Esclarecimento* (1985).

A Teoria Crítica constitui um projeto que se vincula, inicialmente, à tradição Iluminista que vê na razão uma base possível de emancipação: “A teoria crítica faz jus



ao programa iluminista de ousar pensar por si mesmo, como condição de possibilidade de autonomia do homem” (Souza, 2007, p. 10). Contudo, ao se subordinar à técnica e a um processo de dominação hostil da natureza, essa mesma razão que se erguera como potencial libertador também se instrumentaliza, se afastando desta forma do seu projeto originário, fazendo com que Adorno e Horkheimer questionassem as conquistas da razão iluminista pois, ao instrumentalizar-se, a razão nega o seu fundamento emancipatória e a Teoria Crítica serviria como um esforço para “repensar a própria racionalidade, resgatando o significado de guiar-se pela razão” (Souza, 2007, p. 10). O esclarecimento como projeto iluminista, em que a humanidade saía de sua menoridade como condição de possibilidade para atingir a maioridade e autonomia – para usar uma expressão kantiana –, cedeu lugar ao obscurantismo da razão instrumental, tomando como base uma *ratio científica* que pretendia se converter em elemento para o aperfeiçoamento e progresso do conhecimento humano e da sociedade.

Mas Adorno e Horkheimer vão reagir a essa ideia de progresso, sobretudo o progresso considerado apenas pelo viés da técnica. “Em contraposição, eles fazem uma apologia do saber e levantam o questionamento acerca da certeza da efetiva consumação da dominação da natureza, em vista de torná-la, na prática, objeto à nossa disposição” (Souza, 2007, p. 50). Adorno e Horkheimer denunciarão a instrumentalização da razão e, por conseguinte, do conhecimento, cujo interesse se volta para a técnica e eficácia em detrimento da busca pelo saber e pela verdade. A transformação da razão instrumental gerou dominação: tanto da natureza, quanto do próprio homem.

Como afirma Franklin Leopoldo e Silva (1997), uma das características do avanço histórico da modernidade se dá a partir do desenvolvimento da ciência e da técnica tendo a razão como fator de progresso. Mas a questão a qual serão levados os teóricos da Teoria Crítica é que tipo de racionalidade se exerceu neste progresso, pois à medida que o progresso da razão instrumental coisificou as relações entre o humano e a natureza, a emancipação se converteu em submissão e regressão, ao contrário do progresso a que se pretende ter alcançado a sociedade contemporânea. O triunfo da



instrumentalidade da razão e da técnica instaurou uma relação de dominação e exploração.

E casos como o Nazismo, Auschwitz e Hiroshima mostraram que isto não é apenas uma conjectura, como afirma Franklin Leopoldo e Silva (1997), ou seja, que a razão tanto pode ser servir de instrumento à crítica quanto à dominação totalitária da liberdade e da servidão voluntária. O Nazismo, Auschwitz e Hiroshima foram possíveis por causa das contradições inerentes ao processo de gênese e desenvolvimento da razão iluminista, que contém em si uma relação dialética tal como o entende Adorno e Horkheimer, de uma realidade que traz em si aquilo que a nega: racionalidade e mitificação, progresso e regressão, civilização e barbárie.

A ideia de um progresso civilizatório sucumbia diante dos acontecimentos que marcaram o século XX e várias atrocidades eram cometidas em nome desta mesma civilização com o avanço dos governos totalitários na Europa – nazismo (1933-1945) e stalinismo (1924-1953), por exemplo. “Ao invés de progredir para degraus cada vez mais elevados de liberdade e igualdade, o mundo estava mergulhado no obscurantismo, na violência, enfim, na barbárie tão presente na obra de Adorno” (Tanaka, 2001, p. 71).

Tendo como horizonte tal perspectiva, o que a Teoria Crítica pretende é apresentar um senso crítico sobre a instrumentalização da técnica e não tirar o seu mérito, uma vez que

[...] a técnica é um aprendizado constituído pela busca do saber que possibilita revolucionar no que se refere à necessidade do ser humano em empreender a instrumentalização de suas próprias limitações naturais, de modo a encontrar nessa instrumentalização um maior grau de eficiência na execução de suas práticas, promovendo a superação da melhoria da própria vida humana (Martins; Fell; Fell, 2013, p. 32).

Um sentido de crítica da razão instrumental que não gere dominação ou uso da razão e da técnica como instrumento de opressão, mas de emancipação e voltada para a dignidade humana.

A Teoria Crítica surge então com o claro propósito de tentar instaurar uma teoria social crítica capaz de interpretar as grandes mudanças que estavam ocorrendo no início



do século XX. Essa Teoria Crítica não tinha a intenção de apenas se limitar a descrever o funcionamento da sociedade, mas pretendia compreendê-la à luz de uma emancipação ao mesmo tempo possível e bloqueada pela lógica própria da organização social vigente. Essa orientação inicial para uma emancipação social possível cedeu lugar a um diagnóstico mais pessimista, a partir da publicação da obra de Adorno e Horkheimer, *Dialética do Esclarecimento* (1985). “O que o livro *Dialética do esclarecimento* diagnostica [...] consiste, grosso modo, no império da *razão instrumental* exercendo seu domínio sobre todas as esferas da sociedade” (Melo, 2011, p. 254 – grifo do autor)³.

Os prognósticos de uma emancipação possível não se realizaram. Muito pelo contrário, a razão instrumental serviu para subjugar os povos e justificar regimes totalitários. O diagnóstico que Horkheimer e Adorno desenvolveram nessa época foi o de um bloqueio estrutural da prática transformadora o que significou, sob muitos aspectos, abandonar alguns elementos decisivos da Teoria Crítica inicial de 1937. O sonho de uma humanidade emancipada e “esclarecida” transformou-se em uma nova barbárie. Mas isso não significou abandonar completamente o projeto da Teoria Crítica de emancipação. É preciso repensar a própria racionalidade que cedeu lugar ao obscurantismo da razão instrumental e pensar uma possibilidade real de emancipação, a qual toma a feição concreta numa prática transformadora que leva à constituição de uma sociedade de homens e mulheres livres e iguais.

A questão que se põe agora é se, diante do atual cenário político, social e econômico da sociedade contemporânea, se ainda é possível diante deste quadro analisar as possibilidades de emancipação. E como neste cenário, com base nos aportes da Teoria Crítica, é possível renovar esse diagnóstico de modo a tornar viável que continuemos formulando em uma perspectiva emancipatória ou de potenciais

³ Rúrion Melo (2011) e M. Postone (1993) analisando o diagnóstico feito por Marx sobre o capitalismo destaca como a lógica deste sistema se impõe sobre os indivíduos e suas consequências patológicas. Uma forma de patologia social que será destacada posteriormente pelos teóricos da Teoria Crítica pois a razão instrumental também produz patologias e que podem se manifestar seja no campo da moral, da política, da ciência ou das artes. Consequência de uma economia capitalista com intervenção do Estado sobre a vida dos indivíduos, criando as condições favoráveis para um capitalismo administrado.



emancipatórios. E como isso se aplica considerando a realidade complexa da Amazônia? É o que vamos tentar esboçar a partir de agora.

Reinventar a Emancipação Social da Amazônia: um olhar sobre a Amazônia a partir da Teoria Crítica

Com base nestes aportes teóricos me proponho fazer uma reflexão neste artigo de uma Teoria Crítica voltada para os povos amazônidas, no sentido a que Boaventura de Sousa Santos (2007) em sua obra *Repensar a teoria crítica e reinventar a emancipação social* propõe a questão. Trata-se de uma emancipação política, social, econômica, cultural e, até mesmo, epistemológica. Mas considerando os limites deste artigo vamos nos concentrar na ideia de como a instrumentalização da razão como forma de dominação e exploração teve seus efeitos também sobre a Amazônia e por isso precisa ser objeto de análise crítica e intensos debates e, a partir de então, repensar um modelo de emancipação como horizonte possível para os povos amazônidas.

Durante vários séculos a Amazônia sofreu o mesmo processo de exploração colonizadora e capitalista que marcou o século XIX e XX. A Amazônia foi palco de um processo de exploração colonial internacional e nacional: principalmente da Coroa Portuguesa, mas também de Estados do próprio Brasil, sobretudo das regiões Sul e Sudeste. A ação predatória na região amazônica partiu tanto dos países estrangeiros que viam nas riquezas escondidas atrás de sua floresta uma fonte abundante de desenvolvimento econômico quanto dos próprios Estados da região Sul e Sudeste que se desenvolveram, em parte, à custa do uso irracional dos recursos naturais dos povos amazônidas a partir do que Djalma Batista (2007) chama de um verdadeiro “duelo com a natureza”. A ação predatória nacional e internacional se deu de várias formas, seja através da exploração da madeira e do quase extermínio de espécies como o pau-rosa, da extração da borracha, a caça e a pesca predatórias na busca por especiarias, a busca pelo ouro dos garimpos, a escravização e colonização dos povos indígenas. Vamos



tomar como exemplo dois destes fatos em defesa do que aqui estamos propondo: a extração da borracha e o processo de colonização indígena.

É certo que a extração da borracha constitui um capítulo à parte na história da exploração dos recursos da Amazônia. Um capítulo que representa um ciclo de grandeza e miséria e que alimentou o sistema colonial de exploração da Amazônia (Batista, 2007; Cunha, 1999; Gondim, 2007). “Acoplado à borracha, o capital mercantil e o capital industrial exerceram seu poder devastador, ajudaram a mudar as mentalidades, destruíram culturas [...] escravizaram-se homens, fortunas cresceram com a mesma rapidez com que desapareceram” (Gondim, 2007, p. 258). O capítulo da borracha é um capítulo de exploração do trabalho, do capitalismo selvagem, que opõe condições de vida sub-humanas e a vida elegante das metrópoles, de sofrimentos e utopias, subordinação e prestígio, “inferno” e “paraíso”.

Além disso, o processo de colonização e exploração dos povos indígenas, antes mesmo do processo de extração da borracha, constitui um dos capítulos mais importantes e menos felizes da História dos povos amazônidas. Um processo de domínio e subordinação que influenciou a formação social brasileira a partir de um ponto de vista que foi imposto de fora para dentro, produzido pelo discurso “civilizador” europeu, da superioridade racial acerca de suas colônias, do que poderíamos chamar de um “eurocentrismo”, ou seja, a associação consciente e inconsciente de traços morais privilegiados à “brancura ocidental” e de traços desvantajosos a pessoas de outras raças, sobretudo índios e negros. Fazendo com que hoje os povos indígenas tenham a necessidade de lutar pelo reconhecimento de sua diversidade étnico-racial para ter garantido seus direitos: direito de viver como índios em suas próprias terras.

E esse processo é o resultado de uma imposição, de uma visão de mundo eurocêntrica e colonialista. De uma racionalidade que domina não apenas as ciências, mas a própria forma de pensar as concepções de vida e de mundo. Um tipo de racionalidade ocidental que, no dizer de Edgar Morin (2005), comporta um certo



número de traços negativos no desenvolvimento científico que vão desde a fragmentação e superespecialização do saber que “contaminam” as ciências “antropossociais”, até a dicotomia criada entre as ciências do homem e da natureza (que excluem o espírito e a cultura que produzem essa mesma ciência). E foi esse modelo de racionalidade e visão de mundo eurocêntrica que levou Neide Gondim (2007) a afirmar que a Amazônia não foi descoberta, mas inventada pelos europeus.

É nesse sentido que defendo a ideia de que a razão instrumental também fez sofrer os seus efeitos sobre os povos amazônidas. Um processo de dominação que se desenrolou sobre a exploração da natureza e do próprio homem como marca da instrumentalização da razão. O resultado disso é o que se vê: dominação, exploração, colonização, notícias de mudanças climáticas, o planeta se exaurindo em sua capacidade de resistência à quantidade enorme de poluentes emitidas diariamente, a tecnologia de produção industrial explorando cada vez mais os recursos naturais, uma maior oferta de produção industrial para atender a necessidade de crescimento econômico, a demanda de consumo de bens e serviços etc.

Com este processo de instrumentalização da razão e de subordinação à técnica há um processo de dominação hostil da natureza e do homem, fazendo com que o sonho de uma humanidade emancipada se transforme, na verdade, em uma nova barbárie. E o grande perigo é a destruição do ecossistema, com atividades predatórias, agrícolas, extrativistas, provocando alterações no *habitat* natural dos seres vivos.

Uma exploração econômica da mata que tem consequências nefastas, pois o solo amazônico é frágil e “pobre”. Uma vez removida a floresta, ele perde sua força. “É muito fácil transformar esta região em um semideserto [...] *O solo está vivo* enquanto a floresta existir. Ele morrerá e desaparecerá com a remoção da mata” (Joly apud Batista, 2007, p. 149). “Quando a vegetação é cortada, para fins de agricultura, os elementos nutritivos se perdem pela queima e pela lavagem, e o equilíbrio se rompe de maneira descontrolada” (Pires apud Batista, 2007, p. 149). Uma exploração que constitui o cerne da sociedade capitalista. A razão instrumentalizada entra no domínio da lógica do



mercado. Está aberto o caminho para a dominação ideológica que sustenta o mundo capitalista e a sociedade administrada, dominação que é a um só tempo: ideológica e econômica.

A teoria que defendo com estas considerações neste artigo é demonstrar, portanto, como as relações que se estabeleceram na Amazônia foram o resultado de uma visão de mundo que tem sido concebido como forma de exploração e dominação do homem sobre a natureza e sobre o próprio homem, e que em vez de conduzir o homem a um estado cada vez mais avançado de civilização e progresso, tem conduzido a um estado de barbárie e esgotamento dos recursos naturais. Dito de outro modo, tomando como base uma ideia que está presente na crítica de Adorno e Horkheimer: “[...] o processo civilizatório foi sempre movido pelo desejo de dominação, com trágicas conseqüências (sic) éticas, políticas e sociais para a humanidade” (Souza, 2007, p. 71). Está posto o princípio da tese de que o esclarecimento, nesse sentido, serve à dominação. E a razão instrumental é o seu horizonte epistêmico. Um tipo de racionalidade que, em vez de servir como instrumento de libertação, serve como forma de dominação. Dominação que é política, social, econômica e epistêmica: quer sobre o homem, quer sobre a sociedade, quer sobre a natureza. Ou como entende Bárbara Freitag (1991) ao fazer uma análise do pensamento de Adorno e Horkheimer: a razão converteu-se em uma razão alienada que se desviou do seu objetivo original de emancipação, transformando-se em seu contrário: uma razão instrumentalizada para o controle da natureza e domínio dos homens. Concluindo que: “a essência da dialética do esclarecimento consiste em mostrar como a razão abrangente e humanística, posta a serviço da liberdade dos homens, se atrofiou na razão instrumental” (id., ibidem, p. 35).

Esse modelo de racionalidade é incapaz de dar conta da realidade complexa da Amazônia. Sobretudo se entendermos que a Amazônia ocupa um lugar de destaque no cenário mundial, entendida como um complexo de ecossistemas interligados que influenciam e mantêm o equilíbrio da vida e do planeta. Algo que Salazar (2006) chama de “o desafio da sustentabilidade amazônica”, quer dizer: enfrentar o grande desafio do



equilíbrio ecológico, do desenvolvimento da região amazônica, sua realidade social e ecologicamente variada e poliforme.

Pensar a realidade complexa da Amazônica implica, portanto, fazer a crítica social das condições atuais de dominação e exploração de seus recursos, além de propor uma nova forma de pensar essa realidade. Um outro modelo de racionalidade que talvez possa ser definida de acordo com o conceito de Henrique Leff (2007): uma *racionalidade ambiental*. Que tenha como horizonte possível uma outra *episteme*, que pensa uma globalização alternativa com implicações políticas, teóricas e que crie “uma nova concepção de dignidade humana e de consciência humana” (Boaventura, 2007, p. 41). Com efeito, a complexidade da Amazônia

[...] implica uma revolução do pensamento, uma mudança de mentalidade, uma transformação do conhecimento e das práticas educativas, para se construir um novo saber, uma nova racionalidade que orientem a construção de um mundo de sustentabilidade, de equidade, de democracia. É um re-conhecimento do mundo que habitamos (Leff, 2007, p. 196).

É preciso, portanto, continuar com a ideia de emancipação social, como afirma Boaventura de Sousa Santos (2007), mas é preciso romper igualmente com a racionalidade instrumental que domina as ciências, o uso da técnica e a nossa forma de pensar e se relacionar com o mundo. Chegamos em um ponto em que, se não há como reverter completamente os efeitos nefastos do uso da técnica e da razão devemos, contudo, aprender com nossos erros para evitar outros efeitos colaterais no futuro. O planeta respondeu às nossas ações inconsequentes, que via na natureza apenas objeto de dominação e poder. Mas há uma outra forma de visualizar a questão. A questão é filosófica: cosmológica, epistemológica, antropológica, ontológica – e se baseia no pressuposto de que o ser humano e o planeta fazem parte de uma totalidade inseparável. Pensar o mundo como uma rede de fenômenos interconectados e interdependentes onde não há uma separação tão nítida entre seres humanos e o meio ambiente natural como



pretende uma racionalidade de tipo mecanicista e instrumental (CAPRA, 1997; LEFF, 2007; PELIZZOLI, 2005).

Considerações Finais

Com este artigo não tive a intenção de questionar a importância e o valor do conhecimento científico ou da *ratio* ocidental e sua produtividade técnica e tecnológica, mas de analisar criticamente como este conhecimento e esta *ratio* se impuseram no contexto da civilização ocidental. E ao fazer esta análise crítica com base nos aportes teóricos da *Dialética do Esclarecimento* de Adorno e Horkheimer entendo como esse modelo de racionalidade teve seus efeitos sobre a Amazônia em torno da qual se faz necessário repensar as relações sociais, políticas, econômicas e epistemológicas aqui estabelecidas. Uma crítica social que não apenas produza o melhor diagnóstico possível, mas que oriente esse mesmo diagnóstico em torno de uma emancipação possível e concreta a partir de uma abordagem comprometida com a Amazônia, considerando sua complexidade. Um pensamento crítico sobre a realidade da região que possa contribuir com o processo de formação e desenvolvimento da região.

Reinventar a emancipação social da Amazônia significa, desta forma, fugir das amarras da razão instrumental. De entender a ideia de progresso não apenas como desenvolvimento técnico-científico, ou no desenvolvimento dos recursos técnicos e tecnológicos tomando a razão apenas como instrumento de dominação da natureza. O progresso, entendido dessa forma a partir da análise de Adorno e Horkheimer, se transmuta em decadência da razão, de opressão e dominação sobre o homem e a natureza. Reinventar a emancipação social da Amazônia significa pensar o seu desenvolvimento como fruto de um processo gradativo, baseado em um processo de reformas políticas, sociais e econômicas, comprometida com a Amazônia considerada em toda sua complexidade, sem abolir os avanços da ciência por meio da tecnologia,



mas acreditando que a ciência e a técnica podem e devem ser utilizadas para a melhoria da realidade amazônica e da vida humana como um todo.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Tradução: Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

BATISTA, Djalma. **O Complexo da Amazônia**. 2 ed. Manaus: Editora Valer, 2006.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Tradução de Newton Roberval Eicheberg. 14. ed. São Paulo: CULTRIX, 1997.

CUNHA, Euclides. **À margem da História**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREITAG, Bárbara. **A Teoria Crítica ontem e hoje**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

GONDIM, Neide. **Invenção da Amazônia**. Manaus: Ed. Valer, 2007.

LEFF, Henrique. **Epistemologia Ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela. 4. ed. revista. São Paulo: Cortez, 2007.

LEOPOLDO E SILVA, Franklin. Conhecimento e Razão Instrumental. **Psicologia USP**, São Paulo, vol. 8, n. 1, 1997. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65641997000100002>>. Acessado em 04/10/2015.

MARTINS, Daniel Felipe Victor; FELL, André Felipe de Albuquerque; FELL, Nilke Pizziolo. Uma leitura crítica da técnica e da tecnologia: da razão instrumental à tecnoética. **Navus - Revista de Gestão e Tecnologia**, Florianópolis, SC, v. 3, n. 1, p. 31-35, jan/jun. 2013.

MELO, Rúrion. Teoria Crítica e os sentidos da emancipação. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 62, p. 249-262, maio/ago., 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792011000200002>>. Acessado em 02/10/2015.

MORIN, Edgard. **Ciência com consciência**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

NOBRE, Marcos. **A Teoria Crítica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.



PELIZZOLI, Marcelo. O ethos da bioética e a existência do outro. **Perspectiva Filosófica**, vol. 1, n. 23, jan-jun/2005, p. 17-33.

POSTONE, M. **Time, labor and social domination**: a reinterpretation of Marx's critical theory. Cambridge, 1993.

SALAZAR, Admilton Pinheiro. **Amazônia**: Globalização e Sustentabilidade. 2. ed. Manaus: Valer Editora, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a Teoria Crítica. E reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SILVA, Vital Ataíde da. **Adorno e Horkheimer**: a Teoria Crítica como objeto de emancipação. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Programa de Pós-Graduação do Departamento de Filosofia. Universidade Federal da Bahia: Salvador-BA, 2007.

TANAKA, Heiji. A razão redentora: a Escola de Frankfurt. **Akropolis**, 9 (2), p. 69-82, abr/jun, 2001. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/akropolis/article/viewFile/1823/1587>>. Acessado em 02/10/2015.

WIGGERSHAUS, Rolf. **A Escola de Frankfurt**: história, desenvolvimento teórico, significação política. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.